

O ECHO DO RIO,

Jornal Politico e Litterario.

Parcite verbis.

HORAT. AD ROM.

Publica-se as quartas feiras e sabbados, na typ. Imparcial de F. de Paula Brito, praça da Constituição n. 64, onde se subscreve a 4000 réis por semestre, pagos adiantados, e vendem-se numeros avulsos a 80 réis, nas lojas do costume.

O ECHO DO RIO.

Uma folha da opposição occupa-se em pretender demonstrar, que se em Inglaterra deve o povo representar ao throno as suas necessidades, sem recorrer ás armas, não acontece assim no Brasil: e a razão fundamental que dá á esta sua bella theoria, é que em Inglaterra o systema constitucional está desde longo tempo enraizado; mas que sendo novo entre nós, o que lá se pratica, não pôde aqui ser praticado. E' preciso ter vontade de encher papel para apresentar ao publico um semelhante argumento, que a mais pequena reflexão mostra contra-productente. Se em Inglaterra, onde o systema constitucional está tão firmado se não recorre ás armas, muito menos se deve recorrer no Brasil, paiz onde esse mesmo systema apenas conta 22 annos de existencia. E vós que vos quereis ostentar como os unicos e verdadeiros defensores do throno e da constituição, vós deveis ser os primeiros a repellir semelhante modo de proceder. Depois de uma vez empunhadas as armas, quem pôde prever o paradeiro, que terá o movimento? De palmo em palmo certas ideias vão ganhando terreno; um excesso arrasta outro; e o fim ninguem o pôde dizer. Os que se armam contra o governo exigem cada vez mais franquezas até chegarem a ponto de não querer mais governo; os que defendem o governo exigem que este cada vez use mais do seu poder e força, acabando por destruir todas as franquezas. Esta é a marcha de todos os movimentos, em que entram armas. Concedemos que a principio não entra na cabeça dos autores desses movimentos passar alem de certas raías; mas um dia só é bastante para os fazer adoptar novas ideias. Em 1789 ninguem diria em França, que Luiz 16 havia de acabar no cada-falso tão pouco tempo depois.

Aquelle que lança mão das armas põe em risco a constituição do estado: e podemos affirmar-o sem medo de errar, as consequencias mesmo para as instituições do paiz são sempre funestas, qualquer que seja o partido que vença.

Entretanto ha uma grande circumstancia a pon-

derar; e é que mesmo entre nós os rebeldes se propunham a alterar nossas instituições: o Sr. Feijó que certamente estava iniciado nos segredos da rebellião dizia, e escrevia, que por ora combatiam com o grito *Imperador*; mas que para o futuro quem sabe o que seria! Ora estas palavras designam bem o pensamento dos rebeldes; se se diziam amigos do throno e da constituição é porque assim careciam para seus fins; mas a mascara devia ser brevemente deixada.

Mas para mostrarmos aos apologistas de Santa Luzia, que seus raciocinios não valem, apontar-lhes-hemos factos. Por duas vezes já entre nós se travou luta entre o poder e a opinião publica; e de ambas as vezes a opinião publica venceu sem ser preciso recorrer ás armas; uma foi em 1837, e outra em 1840 a 1841. Por ventura quando o Sr. Feijó abandonou a regencia por conhecer, que lhe não era possivel mais fazer passar os seus principios, houve uso de armas? Não; foi na tribuna, e na imprensa, que foi combatido; foi pela tribuna e pela imprensa, que se lhe declarou guerra: e depois de travada luta, o Sr. Feijó foi vencido, cedendo seu posto a quem melhor exprime o pensamento da epocha.

Outra luta houve com o chamado primeiro ministerio do imperador. Havia S. M. assumido a si suas prerogativas constitucionaes; e levado pelos movimentos de julho, havia chamado ao poder os dous irmãos Andradas, os dous irmãos Cavalcantes, o Sr. Limpo, e o Sr. Aureliano. A nação recebeu com alegria a noticia de ter S. M. assumido o exercicio de seus direitos; reconheceu, que sua posição o obrigara á nomeação daquelle ministerio; porque ainda que o poder moderador seja livre na escolha dos ministros, todavia nos governos representativos esta liberdade é muito limitada por certos accidentes: mas a nação reconhecendo a posição de S. M., todavia não applaudo os ministros; pelo contrario desde o dia de sua nomeação entrou em luta com elles. Mas que luta? luta de escriptos e de palavras, porque a força physica não foi chamada a combate; porque a opposição desse tempo conhece perfeitamente as condições do systema representativo; a

oposição desse tempo queria constituição e throno, nada mais nem nada menos. E por isso recorreu aos meios, que lhe a constituição dá a todas as opposições; e com esses meios venceu.

Viu, é verdade, o ministerio d'então abusando de sua posição, lançar mão da força physica para a esmagar; mas assim mesmo não usou de represalias; oppoz á força bruta, a força da paciencia: proclamou seus direitos ante Deos e os homens: e Deos e os homens a ouviram; oito mezes bastaram para o fazer conseguir o mais brilhante dos triumphos.

Estes dous factos são mais que bastantes para provar, que ainda que seja novo entre nós o systema constitucional, todavia duas condições são conhecidas por alguém; e que aquelles que, as não abraçam, é, ou porque as não conhecem, ou porque não ruppõem achar apoio na opinião do paiz. Querem com a força physica conquistar a força moral: enganam-se. Tratar de ganhar a força moral, que arrastará consigo a physica; querer começar para ter esta antes daquella, é o mundo ás avessas. A experiencia prova, que todas as vezes, que se tem querido recorrer ás armas, o governo tem vencido.

Os autores dos movimentos de Sorocaba e Santa Luzia são rebeldes, criminosos ante nossas leis. Nossa opinião pôde discordar da opinião ministerial n'outros pontos; mas neste, não.

PROCLAMAÇÃO AOS REBELDES.

A rebellião do Rio Grande é desde muitos annos o cancro roedor de nossa prosperidade. Empenhados nessa guerra, temos sido privados dos rendimentos de uma das mais importantes provincias do Imperio; temos feito immensos sacrificios de braços, que temos arrancado á lavoura, quando tanto carecemos d'elles; temos sacrificado grossos milhões, augmentando assim novos embarços financeiros, quando já lutamos com uma divida enorme, com um deficit horroroso. Por vezes essa guerra tem chegado quasi a seu fim; mas aqui na cõrte se lhe tem dado auxilios, com que os rebeldes se tem podido manter, e até algumas vezes disputar com vantagem a causa, que pleiteam. Na ilha do Fanfa esteve a rebellião acabada, mas a desgraçada politica do tempo, e sobre tudo logo depois a evasão de Bento Gonçalves, que de uma prisão segura, foi remettido para outra d'onde logo se evadiu, fez com que em breve a capital da provincia se achasse cercada, e a legalidade reduzida a occupar unicamente tres pontos nessa vasta extensão de territorio.

Em 19 de setembro cahiu do poder o regente, e com elle os principios, que tendo podido, não tinham dado cabo da rebellião: o ministerio e o regente, que nesse dia subiram ao poder, prepararam-se para empenhar uma luta seria, e de uma vez acabar com essa desgraça: mas as tropas, que deviam vir do norte, foram obrigadas a deter-se para debellar a rebellião da Bahia; e com esta os rebeldes criaram

novo animo, e os recursos, que contra elles deviam ser empregados, foram exauridos em outro ponto. E houve depois quem lançasse em rosto ao governo de então não ter acabado com a rebellião do sul! E quem? talvez quem grandes culpas tivesse na rebellião do norte.

Bento Gonçalves foi daqui para a Bahia: demorou-se ali dous a tres mezes: quando lhe pareceu, fugiu; e um mez depois, isto é, quando tinha tempo de estar no Rio Grande, apparece a revolução da Bahia! Não haveria em tudo isto alguma connexão! Cremos pois que não erramos, quando dizemos, que os esforços do ministerio de setembro ainda foram paralisados pela mina do Rio de Janeiro.

Em 1840 a rebellião esteve acabada: os rebeldes fechados n'hum pequeno canto, deviam necessariamente ser batidos se assim se quizesse: mas o governo, que em julho desse anno tomou conta das pastas, em vez de mandar seguir com vigor as operações tão bem encetadas, proclamou a amnistia mais geral, que podia proclamar; e mandou propôr condições de paz, quando devia mandar combater. A amnistia não deveria ter sido tão ampla; mas sobre tudo devia ser logo acompanhada de terminantissimas ordens para se continuar a guerra contra os que a não aceitassem: não aconteceu assim, e os rebeldes zombaram da amnistia, e tiveram tempo de se apromptar e sair para o campo a continuar a guerra com o mesmo ou mais vigor, que d'antes.

A' retirada do Sr. Andréa e presidencia do Sr. Francisco Alves Machado se deve pois não ter-se acabado então com a guerra, e por isso sem medo de errar podemos ainda dizer, que da cõrte foi o exemplo aos rebeldes.

Em 1842 ainda os rebeldes deviam ser vivamente perseguidos; o ministerio de março o tinha prometido, e tudo concorre para affirmar que elle havia de cumprir sua promessa; porem quando perto de quatro mil homens haviam sido mandados, e tudo se achava prompto, começaram rumores sobre proximos movimentos em Minas e S. Paulo; o ministerio começou a apromptar-se para o que d'alli lhe pudessem vir; e com effeito esses movimentos romperam, e o ministerio mostrou que não estava desprevenido: as rebelliões das duas provincias foram sufocadas. Mas por ventura não foram daqui os agentes principaes dessas rebelliões? por ventura não foram planejadas aqui na cõrte? E' preciso não querer vêr nem ouvir para outra cousa dizer.

Mas em fim o ministerio de março, e o actual, que lhe succedeu, livres de rebelliões em outros lugares, volveram suas atenções para o Rio Grande: nosso exercito sahio para a campanha, e brilhantes victorias tem coroado suas fadigas. Tudo parece presagiar que a luta vai ter um termo; tudo profetiza, que a importante provincia do Rio Grande não será escrava de quatro chefes militares, que a querem usufruir a pretexto de lhe dar a liberdade; que

os Rio-grandenses e o Imperio se hão de ver livres daquelle flagello. Pois bem : já novos trabalhos se preparam na côrte em favor da causa da rebelião : homens , que supponmos de boa fé , já em seu furor opposicionista começaram essas declamações , que tantas vezes tem levado o alento ás fileiras rebeldes , e o desanimo a aquelles que o combatem.

O Sr. Galvão , cuja probidade de modo algum centestamos , que outr'ora passou por eminente em todos os ramos dos conhecimentos humanos , mas que chamado ao ministerio foi *ente nullo* , e que hoje na camara , a que pertence , tem mostrado , que nem jurisprudencia sabe , esse Sr. já declarou , que se a rebelião do Rio Grande não estivesse finda até maio do anno que vem , teria de apresentar uma proposta sobre os meios de acabar com essa rebelião : o que vale o mesmo que dizer , que tratará de propôr ao corpo legislativo a separação d'elle. A camara inteira assim o entendeu. E' verdade que esse Sr. explicando-se declarou depois que não era isso ; que entre a guerra e a separação da provincia há muitos pontos intermedios : mas que pontos esses sejam , isso não quiz revelar-nos o nobre ex-ministro : pelo contrario respondeu em tom de oraculo , que fraca intelligencia deve ter aquelle que não conhece esses tantos intermedios. Ora com effeito nós e com nosco muita gente por mais que trabalhemos com o entendimento não podemos lembrar-nos de algum razoavel. Talvez que o Sr. Galvão tenha li algum projecto de gaveta igual a um que teve um ex-deputado , hoje senador do Imperio , que com bachareis e farinha queria dar a paz ao Pará : a não ser desses , então , como o ministro da marinha , nos confessamos toupeiras.

Qualquer que seja porem esse projecto , sempre as palavras do Sr. Galvão são perigosas , porque serão entendidas sempre no seu sentido mais obvio ; e se o Sr. Sousa Martins e se o ministro da marinha , e toda a camara dos desputados entendeu que a ideia contida nessas palavras era a de separação , tambem no Rio Grande assim o hão de entender ; e por consequencia hão de procurar conservar-se com as armas na mão até ver o resultado dessa proposta. Não dista muito o tempo , em que o Sr. Galvão prometteu fazê-la : para o proximo mez de maio.

Da côrte partirá ainda para o Rio Grande mais esse alento. Não supponmos má fé em o nobre deputado , mas apresentamos a illação , que de suas palavras se pôde tirar. E se não é esta , diga o nobre deputado o quequer ; em quanto não disser , terá de soffrer a que nós e outros demos ao que disse a intelligencia , que resulta dos vocabulos , de que se serviu.

As palavras do nobre deputado foram uma verdadeira proclamação aos rebeldes do Rio Grande , que hão de procurar todos os meios de se sustentarem até a aquelle tempo a fim de verem realisada essa promessa. Que podem perder ? Causa alguma. Para

depôr as armas a todo o tempo é tempo. Mas para poderem gozar do saboroso fructo , que lhes promette o nobre deputado , é preciso , que se sustentem até esse bemaventurado mez.

A PENA DE MORTE.

Agora que proximamente houve uma condemnação á morte no jury da capital , e que provavelmente cedo haverá outro no jury de Nichetoy , será licito fazermos uma pergunta : porque razão se tirou todo o apparatus á pena de morte ? Porque razão a pena de morte é dada de um só modo ?

A imposição da pena de morte só se justifica pela necessidade do exemplo. Com as outras penas espera-se corrigir o delinquento ; mas quando a lei applica a pena de morte suppõe o réo já incorregivel , e só trata de apresentar um exemplo terrivel á aquelles que por ventura tentem crimes iguaes. E se assim é , a morte dada sem apparatus , e como que em segredo , pôde produzir tão grande effeito , como aquella que fosse dada com toda a solemnidade , e acompanhada de extraordinarias ceremonias ?

Fazei marchar tres ou quatro mil homens de jaqueta ou casaca um por um a fazer um cumprimento a S. M. , quem poderia vê-los até o fim ? quem não enjoaria logo no começo ? Mas dai a esses homens um uniforme , fazei-os acompanhar por uma musica ; fazei-os marchar em pelotões de vinte ou trinta ; e vereis quanto povo corre a vêr ; e vereis que tantos mais serão os espectadores , quanto mais durar o cumprimento ; e que tanto mais se demoraráo quanto mais forem as ceremonias e etiquetas.

O animo do povo é temperado de maneira , que só se commove com as imagens sensiveis. Porque motivo se cercam de pompa todos os empregados superiores do estado , mais ou menos segundo sua gerarchia ? Porque razão se dá aos soberanos ou presidentes uma grande casa para morar , uma guarda para os acompanhar , e grossa lista civil para sustentarem pomposo luxo , e até um brilhante uniforme ? E' unicamente por bonito ? Não , de certo : é porque sempre se reconheceu que estas cousas influem respeito no animo do homem. Rousseau derramou lagrimas entrando na igreja de S. Pedro em Roma , e vendo ali celebrar missa o soberano Pontifice.

Se o fim da pena de morte applicada a certos delictos é produzir uma impressão terrivel a fim de evitar ; que se elles reproduzam , é preciso alterar nossa legislação a respeito. A pena de morte em nossa legislação tinha varias gradações : tudo era morte ; tudo era privação de vida , e por consequencia pôde dizer-se , que o maior dos males : todavia pôde dizer-se que esse maior dos males havia mais e menos. Havia o simples enforcamento , havia enforcamento seguindo-se o corte da cabeça e mãos ; havia o esquartejamento ; havia a condemnação á fogueira com cinzas espalhadas ; havia o quebra-

mento de ossos; e ainda havia o arrasamento das casas, e a sementeira de sal pelo lugar, onde fôra habitação dos delinquentes. Livre-nos Deos de que-rreremos crueldades inuteis; toda a pena que não é necessaria para o fim, para que é imposta, é uma verdadeira violencia: mas tambem é violencia aquella que não chega para o mesmo fim. Se é preciso uma pena como dez, e só se impõe como cinco, a pena imposta é inutil, e por tanto torna-se verdadeira violencia. Não queremos pois crueldades inuteis; mas queremos que as penas sejam efficazes.

A pena de morte applicada ao escravo sem mais solemnidade alguma, terá tanta efficacia como a pena de galés applicada ao rico negociante, que fez uma fraude no seu commercio?

A morte! todos havemos de morrer: mas como? Eis ahi a differença. E não será conveniente estabelecer bastantes pontos de differença entre a morte que soffremos por decreto da natureza e a que soffremos por decreto da lei positiva? E para produzir uma impressão terrivel no animo de nossa população escrava não são necessarias imagens fortes, e bastante sensiveis?

Para a alma bem formada, sensivel, pensante, e que recebeu uma educação litteraria e religiosa o simples pensamento da comminação de similhante pena é bastante para fazer arripiar os cabellos: mas para a alma de um escravo não basta. E' preciso que se ella lembre do dobre do sino, do toque da campainha, da corda em que segura o carrasco vestido de encarnado, contrastando com a branca alva do padecente. Tudo isso, tudo o que pôde produzir impressão duradoira deve ser empregado. A dôr physica do padecente não é por este modo augmentada: se fôr capaz de remorsos, augmentar-se-hão assim. Talvez mesmo que endurecido no crime até esse momento fatal, ao ver o espectaculo tremendo, talvez seu coração se dobre então, talvez então entre o arrependimento nessa alma de ferro. Do modo por que actualmente se enforca um padecente, a lembrança esvae-se em um instante: no dia seguinte já ninguém falla nisso.

A pena de morte assim é inteiramente inefficaz. E' então é inutil, é um crime, que só não é punivel por ser cometido por aquelles que em sua mão tem a fôrça. Para legitimal-a é preciso que seja util e necessaria: para ser necessaria e util é necessario que incuta medo; para incutar medo é preciso que seja bastante sensivel; para ser bastante sensivel é necessario que seja apparatusa. De outro modo é inutil, desnecessaria, e por consequencia illegitima.

ACCUSAÇÃO AO SR. HONORIO.

O ministro da justiça soffreo na camara dos deputados na sessão de 8 uma violentissima accusação, que lhe fez o Sr. Barros Pimentel. Segundo este deputado o facto é tal que prova evidentemente a demencia, de quem o praticou: foi violação

manifesta de um artigo da constituição; foi nada menos que demittir um magistrado do seu lugar, que foi o bacharel Antonio Thomaz de Godoy. Era este bacharel juiz de direito da comarca de Jequitinhonha, e foi mudado para a de Santarem: mas o ministro da justiça considerou este lugar como abandonado, e assim demittiu aquelle bacharel. *Horresco referens!*

O bacharel Godoy era com effeito juiz de direito de Jequitinhonha; porem foi nomeado para Santarem em 3 de novembro de 1841; isto é, ha 21 mezes passados: mas até hoje ainda se não moveu do lugar, em que se achava. E por ventura estava ao arbitrio de qualquer o tempo, em que deve tomar conta do emprego para que foi nomeado? Seria isto o maior absurdo, que se poderia imaginar. E para o caso ha legislação muito frisante, que o mesmo deputado citou: ha um decreto, que diz assim: — Os bachareis ou desembargadores sejam obrigados a tomar posse dentro de 6 mezes *sob pena de perder o lugar.* — O que pois pôde eximir o bacharel ou desembargador seria causa justa, ou licença do governo; mas o bacharel Godoy não teve causa justa, pois o arranjo de seus negocios particulares não pôde prevalecer á causa publica; sendo esta a unica desculpa, que deu o Sr. Barros Pimentel; e licença tambem a não tinha, pois que o governo lh'a negou. Ora, não passaram só 6 mezes; são passados 21! E é esse o zelador dos interesses publicos? é esse o zelador das leis?

Em quanto assim forem preferidas as affeições ou odios individuaes aos negocios do paiz, as cousas tem de ir necessariamente mal.

E' feliz o ministro, que se vê accusado por factos similhantes. Similhante accusação faz ver qual é a causa da sanhã de seus adversarios. Em outro numero trataremos da materia em these.

MEIAS CARAS.

Um deputado da opposição quer que o governo mande pôr em plena liberdade os pretos, que tendo sido apprehendidos depois da extincção do trafico estão por ahi na mão de varios, e que são vulgarmente chamados meias caras. E' o Sr. Galvão. Demos que seja isso de rigorosa justiça; perguntamos: o que vão fazer esses pretos? Soltos ahi no meio da rua, muito preguiçosos por natureza, o que ha de ser delles? Não será melhor que trabalhem, e tenham quem lhes dê de comer, e o mais que precisam, do que ficarem por ahi bebados, cobertos de calamidades e doencas, e talvez facinorosos? Lamenta esse deputado que sejam elles obrigados a trabalhar: e quem passa sem trabalhar? O Sr. Galvão, que esteve na Europa, que diga com muita consciencia, se a sorte do proletario de lá é melhor, que a do preto aqui.